



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 298/2020/SUPEL-ASSEJUR

**Referência:** Processo administrativo n. 0036.166110/2019-44 - Pregão Eletrônico Nº 613/2019/ZETA/SUPEL/RO (10218661)

**Procedência:** Equipe de Pregão ZETA

**Interessado:** Secretaria de Estado da Saúde - SESAUI

**Menor preço por Item** - VALOR: R\$ 39.600,82 (trinta e nove mil e seiscentos reais e oitenta e dois centavos)

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. FASE EXTERNA. RECURSO ADMINISTRATIVO. PROPOSTA. HABILITAÇÃO. CONHECIMENTO. TOTALMENTE PROCEDENTE.

**1**

**INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de recurso administrativo interposto pela licitante **TORO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS, AUDIO, VIDEO E INFOR (0010589824)** contra decisão que habilitou e classificou a proposta da recorrida **ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA** para os itens 01 e 02, em consonância com o art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.

2. O processo originário, o qual abriga o Pregão Eletrônico Nº 613/2019/ZETA/SUPEL/RO (10218661), referente a "*Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Televisores, visando atender as necessidades da Policlínica Oswaldo Cruz - POC, do Centro de Diálise de Ariquemes - CDA e do Hospital Regional de São Francisco do Guaporé - HRSFG desta Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAUI/RO, por um período de 12 (doze) meses.*", foi encaminhado para análise quanto ao recurso e julgamento por parte do pregoeiro, que passa a fazê-lo na sequência analítica a seguir.

**2**

**ADMISSIBILIDADE**

3. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, haja vista participação no certame, consta pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.
4. Do mesmo modo, as contrarrazões aos recursos foram interpostas de forma tempestiva, legítima, e com interesse fundamentado, preenchendo os requisitos de admissibilidade.

### **3**

#### **DO RECURSO DA LICITANTE TORO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS, AUDIO, VIDEO E INFOR (0010589824)**

5. Em sede de recurso, a recorrente interpôs a seguinte intenção:

**Produto ofertado AOC 43S5295 não atende ao edital. "Taxa Mínima de Atualização da Tela: de 120hz" (possui apenas 60hz); "Áudio: Potência de Saída: Mínimo 10w X 2 Rms;" (Possui apenas 8W X 2 RMS (16W))**

6. Como peça recursal, transliteralmente ditou que "*Produto ofertado AOC 43S5295 ofertado pela empresa ATIVA não atende ao edital. "Taxa Mínima de Atualização da Tela: de 120hz" (possui apenas 60hz); "Áudio: Potência de Saída: Mínimo 10w X 2 Rms;" (Possui apenas 8W X 2 RMS (16W))*".
7. Por tratar-se de recurso, têm-se que a recorrente pretende a reforma da decisão que classificou a recorrida no presente certame licitatório.

### **3.1**

#### **DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO PELA LICITANTE ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (0010589824)**

8. Em sede de contrarrazões, a licitante indica que seu produto atende corretamente ao edital de licitação, argumentando que ao entregar produto de 60hz, em detrimento de 120hz conforme solicitado no edital, estaria fazendo um favor à saúde dos usuários, utilizando da seguinte argumentação:

Mesmo que você possua um produto que realmente tenha uma taxa de atualização superior, nem sempre é uma boa ideia usar ao máximo suas capacidades. Frequências acima de 60 Hz podem produzir um efeito surreal durante a reprodução de filmes e programas de televisão, visto que quadros adicionais podem fazer com que alguns deles pareçam rápido demais — além disso, detalhes de segundo plano ganham em detalhes, o que pode entregar o uso de materiais de baixa qualidade e efeitos especiais mal planejados

9. Finaliza requerendo que sejam as contrarrazões acolhidas e, em sua plenitude, decisão que declarou vencedora a recorrida, dando, assim seguimento ao processo licitatório.

### **4**

#### **DA DECISÃO DA EQUIPE DE PREGÃO (0010639130)**

10. Finda sua análise, o pregoeiro concluiu da seguinte forma:

- Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise da intenção de recurso manifesta, recebida e conhecida, bem como as Razões Recursais, e com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como visando o objetivo da seleção da proposta mais vantajosa, julga-se como **PROCEDENTE O RECURSO IMPETRADO PELA LICITANTE TORO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS, AUDIO, VIDEO E INFOR**, nos itens 01 e 02.

## 5

### DA ANÁLISE JURÍDICA

11. A síntese recursal no presente caso concatena-se no seguinte enunciado: **produto ofertado pela recorrida não atende ao edital de licitação.**

12. É a proposta que vincula a licitante recorrida à administração pública estadual, e não documentos complementares para sua análise (anexos como folders e prospectos). Neste sentido, dita o Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13. Em análise às propostas da recorrida ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (10409159) seu descritivo nos itens 01 e 02 são idênticos a especificação técnica contida no Termo de Referência. O recurso da recorrente apontou divergência na especificação técnica contida no *folders* apresentados.

14. Neste sentido, o pregoeiro realizou diligência (0010589902) para objetivar junto à empresa recorrida sobre "qual produto seria entregue, se o da proposta ou o do folder", questionando da seguinte forma:

Sr. licitante, ao tempo em que lhe cumprimento, sirvo-me do presente para diligência-lo nos itens 01 e 02 do PE 613/2019, eis que, em ato revisional, este Pregoeiro verificou que há divergência entre o produto ofertado em sua proposta e no folder/prospecto enviado em anexo. Assim, indago-lhe: o produto que vossa senhoria irá entregar é o que está especificado na proposta, que tem descrição idêntica a do Edital e seus anexos, ou o do folder/prospecto? Requeiro de vossa senhor breve e objetiva resposta a fim de este Pregoeiro possa decidir recurso impetrado pela nos itens do supramencionado Pregão.

15. Seu raciocínio, conforme aponta o Despacho SUPEL-ZETA (0010639130), dita que "se o produto a ser entregue fosse a que consta na proposta, entendendo que não haveria razão para reforma da decisão que habilitou a empresa ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, pois é a proposta que vincula a administração, pois informa qual o produto deve ser entregue. Além do que, o envio de prospectos e folders errados, também ocorre com frequência, o que, em diligência, costuma ser sanado".

16. Em análise paralela às especificações técnicas do produto constante no folder e prospecto é diversa da especificação técnica do produto constante na proposta. Na proposta, os itens 01 e 02, tem especificação técnica idêntica a do Edital, entretanto, no folder temos diferenças nos pontos indicados pela empresa recorrente, especificamente na frequência do painel de 60 Hz e com a potência de saída de áudio de 8W x 2RMS. Mesmo sendo da mesma marca, como alega a recorrida em contrarrazão, existem diferenças claras nas especificações técnicas. O especificado pela administração requer frequência do painel, 120 Hz, e potência de saída áudio, 10W x 2RMS.

17. Em resposta à diligência (0010639035) a licitante comunicou que:

Olá, bom dia Peço desculpas, pois pensei ter respondido. O produto que nos propomos a fornecer é o que consta no **folder/prospecto**. A especificação técnica nós copiamos diretamente do termo de referência do edital porque a grande maioria dos órgãos não aceita que a empresa modifique-a de acordo com o produto que se está ofertando. Me desculpe, mais uma vez.

18. A Administração Pública Estadual não pretende, por óbvio, aceitar produto diverso do exigido no Edital, haja vista que é o produto que pretende adquirir, pois sabe de sua própria necessidade.

19. Aceitar tal produto seria atentar contra o próprio Estado. Segundo o Tribunal de Contas da União- TCU, no Acórdão 8482/2013-Primeira Câmara:

**A aceitação de *proposta* de produtos com qualidade ou *especificação* inferiores às exigidas no edital, inclusive no que respeita aos requisitos de sustentabilidade ambiental, poderá ensejar a anulação dos respectivos atos praticados no certame.**

20. Tal situação tem relevância pois deve ser cumprido em todas as situações expressas a vinculação ao instrumento convocatório. Segundo o próprio Tribunal de Contas da União, em disposição no Acórdão 1286/2007-0 - Plenário:

Observe os princípios da transparência, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme regem os arts. 3º, art. 40, VII, art. 41 caput, art. 43, IV, art. 44 § 1º e art. 45 da Lei 8.666/1993.

21. É portanto claro que deve haver vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º, CAPUT; art. 44, 1º, da Lei Federal 8.666) para fins de cumprimento nos editais de licitação. Vemos também que a escolha de proposta mais vantajosa se passa por respeitar a vinculação ao instrumento convocatório, logo, não há como prosperar o argumento da empresa recorrida acerca da proposta mais vantajosa quando os produtos ofertados pela mesma, sabidamente, objetivamente não atendem ao fixado em Edital.

22. Para o Poder Judiciário a observância do princípio da vinculação ao edital é medida que se impõe, conforme poderá ser vista a seguir:

#### ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993. (TRF-4 - AG: 501323254201440400005013232-54.2014.404.0000, Relator: Fernando Quadros da Silva, Data de Julgamento: 20/08/2014, Terceira Turma, Data de Publicação: D.E. 21/08/2014). (grifei)

23. Assim, diante de clara violação do Edital, que faz comporta lei editalícia entre licitantes e Estado, deve ser respeitado tanto pela Administração quanto pelos licitantes, decido da forma infra colada.

24. Acertada portanto foi a decisão do Pregoeiro em julgar procedente, por clara violação das especificações técnicas contidas no edital, por meio do Termo de Referência.

## 6

### CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, esta Procuradoria sedimenta opinião pela manutenção da decisão do Pregoeiro, que julgou:

- **PROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **TORO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS, AUDIO, VIDEO E INFOR**, para desclassificar a proposta da recorrida **ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA**, nos itens 01 e 02, nos termos acima.

26. Esta decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garantem a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

27. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

28. Tendo em vista o preço estimado deste procedimento licitatório, esta opinião não será submetida à aprovação ao Procurador Geral do Estado diante da disposição contida no artigo 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante artigo 9º, inciso I, da Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

29. Oportunamente, submeter-se-á o presente despacho, do art. 109, § 4.º, da Lei Nacional nº 8.666/1993, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 06/04/2020, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0010999528** e o código CRC **66153CB3**.